



Programa político da candidatura à Prefeitura de Goiânia “Uma outra Goiânia possível – A vida acima dos lucros”

Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Manu Jacob; Luiz Felipe

2020

Em defesa de um programa anticapitalista

Oferecemos à população de Goiânia um programa que tem como marca “Uma Outra Goiânia Possível – A Vida Acima dos Lucros”, elaborado em conjunto com movimentos sociais, entidades de classe e membros da sociedade, que dedicaram grande esforço para sua concretização, mesmo em momento de pandemia. As propostas realizadas nos grupos de trabalho apontam para políticas públicas que têm como eixo central revolucionar Goiânia, invertendo a lógica de um poder público que durante 86 anos sempre teve como prioridade estar a serviço do monopólio do transporte, da especulação imobiliária e de outros agentes nocivos. A construção desse é e será contínua, aberta a novas propostas, ao debate, a melhorias e refutações, não abrindo mão de seu princípio norteador: a vida acima dos lucros. Convidamos todas e todos a participarem apresentando suas colaborações através do site: www.manujacob.com.br. Queremos melhorar o programa junto com você.

A complexibilidade das tarefas não impede que tenhamos como objetivo a superação do atual modelo de cidade, que é baseado no aniquilamento ambiental, na desigualdade social, na centralização de riqueza, no patrimonialismo, no racismo, no machismo, na homo/lesbo/bi/transfobia e no fundamentalismo religioso. Todos esses processos se agravaram com a pandemia de Coronavírus (COVID-19), situação na qual a atual administração fez a escolha de colocar a vida das pessoas abaixo dos grandes aglomerados de comércio e indústria, flexibilizando as atividades,



obrigando os(as) trabalhadores a andarem em ônibus lotados e sem higienização, e, assim, aumentando os índices de contaminação e causando a morte de milhares de pessoas.

Por uma candidatura anticapitalista, contra o fascismo, contra o racismo e contra a retirada dos direitos, essa proposta de plano de governo estabelece caminhos e ações que visam a modificação da realidade em que vivemos. Para tanto, compreendemos a necessidade de ampliar e garantir a transversalidade das pautas apresentadas, que estão interligadas às políticas setoriais e só poderão ser enfrentadas com participação popular, promovendo a justiça socioambiental e garantindo liberdades às pessoas que foram e são historicamente oprimidas devido a sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, corpo ou cultura. Temos convicção de que uma outra Goiânia pode ser pensada e planejada, de que uma outra Goiânia nascerá das mãos de todas e todos que colocam a vida acima dos lucros.

Sabemos das “várias cidades” que existem dentro de Goiânia, a realidade dos seus 641 bairros têm similaridades e diferenças, os 728,841 km² que formam a capital deixam isso evidenciado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dados de 2020, na última década a média de crescimento da população de Goiânia foi de 1,87% e a projeção estimada para 2020 é 1.536.097 pessoas. O poder público municipal não acompanhou esse crescimento e as demandas da população, Goiânia continua sendo vendida como cidade de poucos problemas.

Quando se faz uma pesquisa na internet com a palavra “Goiânia” aparece a imagem de um belo parque, ali não estão refletidas todas as facetas da capital, que é uma das cidades com maior desigualdade social e alto índice de violência do Brasil. Dados do Atlas de Exclusão Social (2014) relatam que, num país com mais de 5.500 municípios, Goiânia ocupa a posição de 965º município mais desigual. Relatório da ONU de 2010 aponta Goiânia como uma das capitais mais desiguais do mun-



do, nos colocando como a 12ª cidade com maior índice de exclusão social no *ranking* da América Latina. Os 20% mais ricos têm 63% da renda enquanto 80% da população possui o restante da renda, ou seja, 37%. Quando olhamos para a questão da violência a situação é tão grave quanto, pesquisa realizada pela Fundação Americana City Mayors mostra que Goiânia ocupa o 28º lugar no ranking das cidades mais violentas do mundo e registra 45 homicídios por 100 mil habitantes, o que nos torna a 10ª cidade mais violenta do Brasil. Esses índices de violência e desigualdade, que atingem toda a população da cidade, afetam principalmente as vidas das populações que ocupam camadas mais vulnerabilizadas socialmente: a negritude, as mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Interssexuais, Assexuados(as) e outros(as) (LGBTQTQIA+s) e a maior parte da juventude.

Vivemos em uma cidade cada vez mais dominada pela segregação espacial, pela ocupação privada dos espaços, pela especulação e mercadorização de bens públicos, pela especulação sobre direitos sociais básicos como transporte, saúde, educação e lazer. Não existem, em Goiânia, espaços de discussão democrática e participativa para decisões nos rumos da cidade, as quais acabam sendo pautadas por grandes corporações que têm seus tentáculos no Estado através dos poderes executivos, legislativo e judiciário. As políticas neoliberais aplicadas nas últimas décadas levaram e levam ao aumento da concentração de riquezas, intensificando a desigualdade no direito à cidade. Vivemos em uma realidade em que 1% da população global detém a mesma riqueza dos 99% restantes. Em que os privilégios de uma minoria são conquistados às custas da maioria, que tem classe, cor, gênero, rostos, nomes e sobrenomes.

Reafirmamos a necessidade de ouvir as vozes das ruas e construir um novo modelo de governo com e para a população. O poder público não pode mais se comportar como um balcão de negócios, pelo contrário, deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público. Da arte ao lazer, da saúde à educação, da segurança à mobilidade, do esporte ao carnaval, nossa meta é trabalhar por



uma cultura de direitos que nos permita superar o atual modelo de desenvolvimento e construir um novo futuro para a cidade. Os nomes de Mano Jacob para Prefeita e de Luiz Felipe para Vice-prefeito são sínteses de um trabalho conjunto que foi e está sendo construído para intervir e modificar a realidade de Goiânia.

Diante deste cenário, propomos não apenas um novo programa político para a cidade, mas uma nova forma de discussão e encaminhamento dos projetos e das medidas que decidem os rumos da cidade e de apropriação de seus recursos públicos. Um programa que tem na perspectiva socialista o seu horizonte e o seu princípio definidor, presente na implantação de mecanismos de democracia direta, de controle popular sobre os bens e recursos da municipalidade, que, na verdade, são de todos, de ruptura com a lógica do privatismo e da primazia política do poder econômico sobre a vontade da maioria.

Nossa perspectiva carrega um sentido anticapitalista, ecossocialista, coletivista, contrário ao individualismo, pois, se a administração é pública, deve dizer respeito a todos e todas, deve ser determinada por todos e por todas e não pelas minorias endinheiradas e seus representantes políticos. Essa visão que nos orienta determinou o método que adotamos para construir o conjunto de propostas, ou seja, o método democrático, aberto à participação e intervenção direta e em igualdade de condições.

Conheça nossas propostas

Mobilidade Humana: por uma Goiânia mais acessível

A Mobilidade Humana é fundamental para garantir o direito à cidade, ou seja, garantir o acesso a serviços públicos essenciais, como saúde e educação, lazer e



cultura, trabalhos formais e informais e os demais produtos e serviços construídos pela e para a coletividade. Os problemas relacionados à mobilidade em Goiânia são históricos e foram ainda mais desvelados com a pandemia de COVID-19.

A ênfase na utilização do automóvel como principal meio de locomoção, a precariedade, os altos preços dos transportes coletivos e a falta de investimentos satisfatórios em acessibilidade e infraestrutura de trânsito e transporte têm colocado a questão da mobilidade urbana como empecilho para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Exceto a METROBUS Transporte Coletivo S/A o sistema de transporte coletivo em Goiânia pode ser entendido como transporte privado, já que há décadas o poder público é subserviente às empresas permissionárias, que ofertam serviços de baixa qualidade, cobrando tarifas elevadas e sem planejamento adequado ao fluxo da demanda de deslocamentos, ocasionando superlotação e grande espaçamento entre oferta de viagens.

A saída de parte da população é tentar o resolver o problema de forma individual, realizando seus deslocamentos, principalmente, por meio de carros e motos e assim contribuindo para congestionamentos, maior tempo gasto no ir e vir, aumento do número de acidentes e piora na qualidade ambiental na cidade. As dificuldades de mobilidade em Goiânia também estão relacionadas à inadequação das calçadas, as quais não atendem as normas sobre sua construção e manutenção, desconsiderando a acessibilidade, desenho e conforto que permitam deslocamentos seguros de todos e todas.

Garantir políticas efetivas de mobilidade para as pessoas que não têm acesso ao serviço de transporte público ou têm dificuldade em acessá-lo, como pessoas com deficiências, idosas, jovens, desempregadas, entre outras, e ao mesmo tempo incluir e valorizar diferentes modelos de deslocamentos mais sustentáveis e saudá-



veis (como a bicicleta, a caminhabilidade, transporte sobre trilhos, veículos elétricos), em uma visão integrada das cidades, é uma prioridade do nosso programa.

Diversos fatores têm impacto sobre a atividade transportadora. São problemas de infraestrutura, sinalização e fiscalização, entre outros, que trazem a necessidade de reorientação das regras e restrições à circulação de veículos de transportes de cargas e da construção de alternativas mais racionais, ambiental e economicamente, para os serviços de abastecimento das cidades.

A gestão pública da mobilidade urbana engloba mais que o transporte público e o trânsito: contempla o planejamento, a execução, o acompanhamento e a participação social em todo os processos que envolvem a cidade. Com os grandes problemas gerados pelo crescimento desordenado das cidades e a dispersão urbana, os impactos à população interferem no acesso a outros direitos e tornam os custos dos serviços urbanos maiores. Defendemos a reorientação das atribuições da Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade (SMT) que vem sendo, nas últimas gestões, desconfigurada, sucateada e até utilizada para barganhas políticas, deixando de cumprir o seu papel conforme determina a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). Portanto, para a elaboração das propostas que seguem neste programa, foram observadas como necessidades fundamentais:

- a) Assegurar transporte público como direito social constitucional;
- b) Garantir a mobilidade das pessoas na Região Metropolitana de Goiânia;
- c) Auditar e rever o contrato de concessão dos serviços do Sistema Integrado de Transporte da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia (SIT - RMG);
- d) Aumentar a destinação de verbas públicas para implantação ou qualificação de equipamentos, projetos, programas e de mobilidade humana;



e) Implantar um Plano de Mobilidade, que garanta a integração dos diferentes modais - priorizando os veículos coletivos e os não motorizados - Transporte coletivo, bicicleta, carro, e deslocamento a pé nas estruturas de planejamento urbano;

f) Estabelecer condições dignas de trabalho e salário aos profissionais de transportes (de pessoas e cargas);

g) Nos colocar contra políticas neoliberais que defendem a privatização da METROBUS e do novo eixo do BRT (*Bus Rapid Transit*) Norte/ Sul, tendo em vista que o município é o concedente.

h) Alinhar as diretrizes da Secretaria Municipal de Trânsito (SMT), dando autonomia e estrutura para exercer sua missão e valores como: compromisso com a vida; respeito ao próximo; ética; transparência; compromisso com a qualidade da prestação do serviço; responsabilidades sociais e ambientais e prioridade na educação de trânsito.

Considerando dever do Estado garantir o direito de acesso à cidade, propomos:

1. Efetivar a Municipalização do Sistema de Transporte, considerando a RMG, que reestruture a Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Goiânia (CMTCC), que assumiria gradativamente o controle do sistema de transporte coletivo público.
2. Melhorar as condições dos terminais de ônibus para embarque e desembarque mais humanizado.
3. Instalar e manter internet livre nos terminais.
4. Garantir refeitórios locais e espaços salubres e adequados de descansos e na troca de Turno dos trabalhadores .
5. Ampliar a implantação dos corredores exclusivos para transporte coletivo conforme prevê o Plano Diretor.



6. Ampliar a construção e manutenção das ciclovias, garantindo a sua integração a outros modais de transporte.
7. Criar bicicletários públicos na cidade, para que os ciclistas tenham mais segurança para guardar suas bicicletas e para que mais pessoas sejam estimuladas a usar esse meio de transporte.
8. Realizar estudos com o objetivo de Instituir a Tarifa Zero.
9. Utilizar os espaços de terminais e dos ônibus para realizar campanhas contra o racismo, machismo e homo/lesbo/bi/transfobia e o fundamentalismo religioso.
10. Revisar as planilhas de horários do transporte coletivo municipal, de forma a considerar os horários de real acúmulo de demanda. Desenvolver estudos sobre o perfil socioeconômico e de gênero de usuários(as) e dos horários de maior movimentação, de forma a considerar as necessidades de mulheres, idosos e estudantes (parcelas da população que frequentemente se locomovem no transporte público nos turnos considerados entre os horários “de pico”).
11. Construir estacionamentos públicos para integrar com os terminais da cidade.
12. Debater com a sociedade civil organizada possibilidades para reorganização funcional das atividades econômicas em Goiânia, avaliando as melhores formas de proposições para escalonamento de horários do comércio, escolas e serviços públicos, visando reduzir as lotações e o tráfego de veículos.
13. Construir e garantir o funcionamento e manutenção de banheiros públicos nos terminais para integração de modais de transporte.
14. Levar serviços públicos para os terminais de Goiânia como construir parcerias com outros poderes para realizar esses serviços nos terminais.
15. Estabelecer políticas de restrição de circulação de caminhões na cidade.



16. Fortalecer a SMT e focar na educação e conscientização no Trânsito. Fazer campanhas regulares nos meios de comunicação, nas escolas, repartições públicas e reforçar a educação para o trânsito no currículo escolar.
17. Permitir a participação do(as) trabalhadores(as) da SMT para escolha do(a) secretário(a).
18. Realizar concurso público para SMT.
19. Destinar, de fato, porcentagem oriunda das multas para Educação para o Trânsito.
20. Revitalizar toda sinalização vertical e horizontal da cidade.

Saúde acima do lucro: em defesa do SUS

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Desde então, os esforços do processo de redemocratização com massiva participação popular culminaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990. O sistema foi organizado tendo como princípios: a universalidade, a equidade e a integralidade, a descentralização, a regionalização, a hierarquização, a participação social, entre outros, sendo responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais. No entanto, o subfinanciamento crônico, ausência de gestões técnicas, aparelhamento político e aumento dos custos em saúde têm gerado quadros de desassistência em diversos âmbitos do SUS. Além disso, depois da aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, a “PEC do Fim do Mundo” de 2016, que prioriza o pagamento de dívida pública, que sequer foi auditada, passamos a sofrer também com o desfinanciamento do SUS.

A saúde foi considerada um gasto que poderia ser cortado. Como, diante disso, podemos propor algo que fuja da política neoliberal no que tange à saúde pública? Colocar a vida acima dos lucros é propor maneiras diferentes de racionalizar o



esforço municipal e dialogar com outras instâncias da administração pública para dividirmos as responsabilidades em saúde. Assim, nossas propostas são focadas na prestação de serviços de atenção primária forte, como centro e coordenação da rede de saúde, uma rede de atenção psicossocial que combata o modelo institucionalizado e manicomial, implementação de concursos públicos e residências médica e multiprofissional e reforço dos conselhos de saúde para efetivar o controle e participação social, apontando as necessidades em saúde e realizando a sua fiscalização.

O SUS é uma das políticas públicas mais importantes de nossa história e a pandemia tornou ainda mais evidente, tal importância. É essencial que nossos esforços se concentrem na sua consolidação e fortalecimento, por meio de uma rede de atenção estruturada, participação popular e valorização de estudantes e trabalhadores. Apoiamos, dessa forma, a revogação da EC 95 para garantia de um financiamento mais adequado. Somos por um SUS de qualidade, universal, estatal, equânime e gratuito!

Atualmente, o modelo assistencial é uma “salada mista” de tudo o que há de ruim. A responsabilidade do município perante a saúde pública é a atenção básica ou primária, considerada por muitos trabalhadores da saúde a principal, pois trabalhando com o acompanhamento das famílias de forma sistemática e com responsabilidades muitos outros problemas que exigem maior densidade tecnológica poderiam ser evitados. Portanto, temos como compromisso a volta do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) que tem a responsabilidade do matriciamento das equipes de estratégia a Saúde das Famílias (ESF) e Equipes de atenção básica (EqAB). Experiências em outros locais mostraram que maior investimento na atenção básica gerou redução do número de internações, aumento da satisfação dos usuários, ampliação do acesso à saúde e maior vínculo com as equipes das unidades básicas de saúde.



Lutamos pela oferta de atenção primária que contemple as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, com inclusão das práticas integrativas e complementares, NASF-AB e unidades básicas regionalizadas com horários noturnos. Ademais, aumentar o número de trabalhadores(as) da saúde valorizando a multi e interdisciplinaridade aponta para um projeto de saúde ampliada, com foco na sua promoção e prevenção. Com isso, pautamos a ampliação da equipe com profissionais de diferentes áreas nas urgências e emergências, maior atendimento ambulatorial, além de melhoria na infraestrutura dos prédios e aquisição de novos equipamentos hospitalares; ampliação e revitalização de equipamentos sociais de saúde, expansão das equipes dos Consultórios na Rua (CR), com formação de uma rede comunitária pautada em parcerias, ações integradoras, intrasetoriais e intersetoriais, para promoção da saúde integral da população em situação de rua, visando contribuir de forma efetiva para a emancipação destas pessoas.

O modelo de combate às drogas já se mostrou ineficaz, pois serve como proposta higienista, não resolutiva e centrada na doença – “dependente químico” –, ignora avanços da proposta de redução de danos e não discute outras questões essenciais para o entendimento holístico da pessoa e seu meio. A política de saúde mental da reforma psiquiátrica deve ser aplicada, com ampliação da Rede de Atenção Psicossocial, por meio de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), residências terapêuticas e atendimento na rede de saúde geral.

Em contrapartida ao que se verifica em muitos espaços do fazer saúde do município, nossa defesa é por estabelecer a Humanização como um dos eixos estruturais da gestão da política de saúde, por meio de valorização do(a) trabalhador(a), com implantação de centros de estudos, criando protocolos de atendimentos, educação permanente, melhorias das condições de trabalho com concursos públicos, organização no abastecimento de medicamentos e insumos, espaço para descanso, armários de segurança, criar programas "Cuidando de quem cuida" com práticas integrativas e complementares, reeducação alimentar, passeios famili-



ares, feiras de talentos, desta forma, motivando o vínculo do trabalhador, com o SUS, e com o usuário, aumentando a responsabilidade, mas que resulte no maior prazer, satisfação, e envolvimento com o trabalho.

A defesa do SUS consiste na luta pela qualidade nos processos de formação valorização dos(as) docentes e preceptores(a) e levantamento de necessidade e incentivo para desenvolvimento de residência multiprofissional em Saúde da Família, entre outras e garantia de entrada por concursos públicos nos serviços públicos.

Compreendemos a terceirização da gestão em saúde no município como uma forma de iniciar a privatização da saúde. As Organizações Sociais (OS) se instalaram na saúde goiana desde 2011 e embora tenham recebido grandes valores do Estado, os atendimentos e procedimentos diminuíram notavelmente, esvaziando os hospitais estaduais. Não obstante, a pressão pela terceirização dos serviços públicos de saúde chegou ao município. Goiânia amarga sem concurso público na área da saúde há mais de uma década e recorre à velha política de contratação por indicação política. Neste período de calamidade pública, os(as) trabalhadores de saúde do município e usuários(as) do SUS são apresentados, pela atual gestão, com um edital de chamamento público para contratação de Organização Social para gerenciamento de unidades pré-hospitalares móveis e fixas de urgência (Portaria Nº209/2020). Não coadunamos com a adoção deste modelo precarizante, nem no período da pandemia, nem em outro momento!

Assim consolidamos, nas propostas abaixo, algumas demandas debatidas por usuários, trabalhadores e professores da área da saúde que atuam na defesa de um Sistema Único de Saúde devidamente financiado, equânime, gratuito, público, de qualidade e estatal:

1. Fortalecer o SUS. Priorizar a atenção básica, saúde preventiva e ambulatorial, e combater as terceirizações; equipar e ampliar Centros de Atenção Integral em Saúde (CAIS's), Centros de Centros Integrados de Atenção



Médico-Sanitárias (CIAMS`s) e CAPS`s; criar laboratórios próprios da Prefeitura, bem como um plano de cargos e carreira para os servidores municipais da saúde. É preciso também universalizar o atendimento da saúde, aumentando as equipes de “Saúde da Família”;

2. Implementar dimensionamento multiprofissional adequado com equipe de suporte que possa ser acionada no caso de falta de profissionais ou acidentes graves com grande número de pessoas feridas. O suporte poderia ser acionado também em casos de superlotação dos CAIS, viabilizando o atendimento qualificado e resolvendo o déficit profissional, como no caso de clínicos(as) gerais.

3. Aumentar o número de especialistas na rede de saúde por meio de Concurso público. Equipar os CAIS`s , CIAMS`s, e outras unidades pertinentes, com farmácias que funcionem 24 horas.

4. Construir um hospital municipal com objetivo de ampliar o número de leitos públicos e especialistas na capital, bem como municipalizar o Hospital Maternidade Dona Íris (HDMI) assim como foi assinado no contrato de fundação do HMDI, por exigência do Conselho Municipal de Saúde ao Paço Municipal, possibilitando que seus e suas funcionários(as) sejam servidores(as) públicos(as) concursados(as).

5. Montar um Departamento de Manutenção Predial e de Engenharia Clínica, vinculada a Secretaria de Saúde. Com uma equipe técnica multiprofissional com o objetivo de fazer manutenção preventiva e corretiva em todos os prédios e equipamentos hospitalares, utilizados na estrutura da Rede Municipal de Saúde.

6. Orientar e coibir o tratamento rude e mesmo violento por parte de médicos(as) e profissionais da saúde com as mulheres, principalmente as gestantes jovens e negras.

7. Promover gestão democrática dos serviços das unidades de saúde na atenção básica/ primária através de eleição pelo Conselho Local de Saúde.



Assim, a Prefeitura cumprirá as deliberações da Conferência Municipal de Saúde de Goiânia.

8. Resolver o “apagão de dados” da saúde, por meio de disponibilização semestral de dados epidemiológicos completos com indicadores de determinação social, como gênero, raça/cor, renda, bairro e escolaridade.
9. Estabelecer a Humanização como um dos eixos estruturais da gestão da política de saúde com investimentos materiais e da valorização do(a) trabalhador(a).
10. Criar programa "Cuidando de quem cuida" com práticas integrativas e complementares, orientação alimentar, atividades familiares, feiras de talentos, desta forma, motivando o vínculo do(a) trabalhador(a), com o SUS, e com o(a) usuário(a), aumentando a responsabilidade, mas que resulte no maior prazer, satisfação, e envolvimento com o trabalho.
11. Garantir funcionamento pleno da Escola de Saúde Pública do município.
12. Fortalecer e ampliar o programa de Saúde Bucal, incentivando o programa Sorriso Feliz, contratando mais profissionais da área de odontologia para atender a demanda da população.
13. Ampliar as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e fortalecer o Programa Saúde na Escola, fornecendo consultórios móveis para atendimentos nas escolas municipais e estaduais de forma a fortalecer a territorialização e o acesso à hebiatria, com a possibilidade de movimentação de campanhas educacionais nas escolas.
14. Fortalecer as equipes de combate às endemias, como dengue, leptospirose com campanhas educacionais em escolas municipais e em bairros.
15. Construir, inicialmente, clínicas veterinárias públicas e a médio prazo, Hospital Veterinário Municipal.
16. Realizar campanhas preventivas de controle de zoonose dos animais, em parceria com o Hospital Veterinário da Universidade Federal de Goiás.



17. Montar um Departamento de Manutenção Predial e de Engenharia Clínica, vinculada a Secretaria de Saúde com uma equipe técnica multiprofissional com o objetivo de fazer manutenção preventiva e corretiva em todos os prédios e equipamentos hospitalares, utilizados na estrutura da Rede Municipal de Saúde.
18. Realizar plenárias mensais de saúde em toda a rede, prestando conta para a população sobre os gastos e ações e também sobre o que não foi feito de acordo com o decidido pelo conselho. Priorizar as estratégias de amplitude populacional como promoção de saúde e prevenção de doenças, como a redução do consumo de sal em estabelecimentos comerciais e a inclusão de kits de saúde bucal para crianças em instituições públicas e filantrópicas de ensino.
19. Desenvolver práticas integrativas nos postos de saúde, articulando acupuntura, psicologia e fisioterapia.
20. Oferecer métodos contraceptivos de longa duração para a juventude e realizar trabalho de educação em saúde junto aos(às) jovens em relação às ISTs, como o HIV, sífilis e HPV.
21. Ampliar e incentivar a criação de Academias de Saúde, de forma a democratizar a promoção de saúde, por meio de práticas corporais, em locais que possibilitem o acesso ao conjunto da população, preferencialmente próximo às unidades de saúde.
22. Reativar, capacitar e expandir o Centro de Referência Diagnóstica e outros centros de exames complementares com execução própria do município, de forma a abranger a demanda populacional do município, com o objetivo de focar em uma saúde centrada na pessoa, e não no lucro do mercado da doença.
23. Fortalecer o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) municipal com ações direcionadas ao atendimento integral dos(as) trabalhadores(as) vítimas de doenças e agravos ocupacionais, com o objetivo



de reabilitação física e mental e realização de práticas educativas, além de produzir diagnóstico de morbimortalidade da população trabalhadora.

24. Estimular o fortalecimento do controle social com eleição direta dos(as) conselheiros(as), realizando cursos de formação por meio de parcerias com universidades.

25. Implementar a Política Nacional de Atenção à saúde LGBTTTQI+, com caráter transversal e intersetorial, garantindo na atenção primária à saúde e, nos demais níveis de atenção, o atendimento integral à saúde para a população LGBTTTQI+, em especial transexuais, transgêneros e travestis, capacitando as equipes de Saúde da Família para ofertar atendimento

26. Criação de Centros de Referência de Saúde para a população LGBTTTQI+, garantindo o atendimento e tratamento específicos.

27. Coibir a indicação de cargos de gestão por indicação política, com implementação imediata de eleição para gestores(as) de todos os serviços públicos de saúde do estado de Goiás, de forma paritária entre usuários(as) e profissionais de saúde.

28. Garantir aos(às) trabalhadores(as) da saúde o direito de manifestarem-se e o respeito às suas organizações representativas em todos os serviços de saúde, independente do modelo de gestão e de contratação de recursos humanos adotados.

Por uma educação libertadora

Em 2020, o poder público municipal é responsável, segundo informações da Prefeitura de Goiânia, por 377 unidades de ensino que atendem 107 mil alunos e alunas, empregando milhares de profissionais, como professores(as), auxiliares de atividades educativas, assistentes administrativos, agentes de apoio educacional;



cozinheiros(as), motoristas, entre outros(as) servidores(as) que garantem o funcionamento das unidades educacionais do município.

Reconhecemos a importância crucial do trabalho desses(as) servidores(as) e pontuamos que a sua valorização é elemento central do nosso programa de governo. Prezamos pela autonomia dos(as) professores(as) na construção do conhecimento e, por essa razão, somos radicalmente contra Organizações Sociais na Educação (OS), contra a militarização da educação e contra o Projeto Escola Sem Partido. Em nosso programa esses três pontos são inegociáveis.

A presente proposta foi construída, a partir de diferentes olhares a respeito das necessidades da educação no Município, em parceria com professores(as), outros(as) profissionais da educação e usuários(as) da rede. Esta construção já aponta, desde o início, para uma distinção com recorrentes discursos que determinam, como soluções para a educação básica, propostas mercadologizantes, como a cobrança de mensalidades, a oferta de vale educação (*vouchers*), a privatização da gestão (Organizações Sociais) e a militarização das escolas. Pontuamos ainda, nossa divergência central com discursos meritocráticos, os quais selecionam, segregam e discriminam professores, escolas e estudantes, além de, com quaisquer novos discursos que surgem como grandes soluções, mas que cada vez mais produzem e aprofundam os problemas educacionais. Esta candidatura está apoiada por uma militância que não concorda, não compactua e, principalmente, luta contra todas essas formas de mascarar os verdadeiros problemas e que, cada vez mais, entregam educação de péssima qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

Nossa premissa é garantir a defesa incondicional de uma educação pública gratuita, laica e de qualidade. As ações práticas devem ser trilhadas a partir do pressuposto de que valorizar a educação é valorizar as trabalhadoras e trabalhadores da rede municipal de ensino, não só socialmente, mas no que se refere à remuneração, aos planos de carreira e às condições estruturais de trabalho como um todo. Enten-



demos que não é possível atingir um ensino de qualidade sem que se valorize e qualifique seus agentes trabalhadores.

Por isso, pensando em educação emancipadora e com valorização profissional, observando a realidade da falta de vagas nas unidades educacionais, contrários à modelos de gestão autoritários e antidemocráticos e visando garantir as condições de funcionamento das escolas e a intersectorialidade das ações, ressaltamos propostas que apontam para soluções de inúmeros problemas que a tradicional política goianiense produziu para a educação do município:

1. Valorizar os(as) profissionais de educação e reformulação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) da Educação; respeitando a data-base e a Lei do Piso Salarial Docente.
2. Garantir a laicidade da escola, como espaço público e secular, respeitando as diversas crenças e credos, inclusive a ausência dos mesmos.
3. Respeitar as escolas, seus diretores, todas e todos servidoras e servidores e garantir a gestão democrática, dando fim às recorrentes práticas de assédio moral, tão conhecidas por quem trabalha nesses ambientes
4. Permitir que o(a) Secretário(a) de Educação possa ser escolhido(a) em diálogo com professores(as), servidores(as) e toda comunidade escolar.
5. Incentivar e garantir a educação continuada das professoras e professores, inclusive em cursos de Pós Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado).
6. Garantir que os programas de formação continuada versem sobre conhecimentos específicos, sem perder de vista que nas ações pedagógicas dialógicas e emancipatórias não cabem prescrições e fórmulas acabadas, mas construção de conhecimento e compreensão de como se aprende aquilo que se ensina a partir de uma reflexão crítica sobre a realidade.
7. Realizar formações para o trato com questões relacionadas ao *bullying* e preconceito, à sexualidade, ao respeito à diversidade de gênero, às rela-



ções étnico-raciais, ao meio ambiente, à saúde mental, aos valores humanos de tolerância, alteridade frente às diferentes idiossincrasias, respeito mútuo, ética, paz, entre outros.

8. Possibilitar o posicionamento das professoras e dos professores em um única escola, onde possam cumprir toda a sua carga horária, permitindo maior vínculo e envolvimento com o Projeto Político Pedagógico, com estudantes, mães, pais e com o território de abrangência da escola, valorizando inclusive as atividades extracurriculares e as possibilidades de relações inter-setoriais com setores da saúde, esporte, lazer, arte, cultura entre outros.
9. Realizar concursos públicos para professores, professoras e demais trabalhadoras e trabalhadores da educação, bem como, reconhecer e valorizar a importância dos profissionais contratados temporariamente quando se fizer necessário.
10. Estudar a demanda e oferta de vagas nas escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) e reorganizar a distribuição dos recursos tendo como premissa o respeito às necessidades das mães e pais de vagas nas escolas no território em que vivem.
11. Garantir pelo menos um Centro Municipal de Apoio e Inclusão (CMAI) em cada região da cidade.
12. Garantir vagas para a expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mantendo o ensino noturno e com profissionais qualificados e bem remunerados.
13. Garantir transporte escolar e alimentação escolar de qualidade.
14. Transformar o modo como a Secretaria da Educação se relaciona com a comunidade escolar, criando espaços abertos para diálogos, escutas e sensibilidades com os problemas reais enfrentados pelas professoras e professores, bem como estudantes e responsáveis, extirpando definitivamente o autoritarismo nas relações gestão-corpo docente-comunidade.



15. Destinar recursos orçamentários para editais específicos que visem o fomento de projetos, sem prejuízo ao repasse já realizado às escolas.
16. Estimular participação da comunidade e escola por meio dos conselhos escolares.
17. Formar comitê permanente para discussão das questões afetas à comunidade escolar.
18. Realizar planejamento antecipado e com eficiência na gestão dos recursos.
19. Garantir as condições materiais das estruturas necessárias.
20. Reavaliar a relação das escolas que foram desativadas e encontram-se com estrutura ociosas ou destinadas a outro fim.
21. Reorganizar o horário de funcionamento das escolas e CMEIs, ampliando horários de funcionamento a partir de projetos específicos elaborados para este fim, como por exemplo o projeto Escola Aberta. Propiciando, assim, atividades diversas tais quais culturais, esportivas, artísticas, dentre outras, através de convênios estabelecidos com as universidades e cursos de licenciatura no formato de estágio, remunerando estudantes estagiários(as).
22. Criar estratégias de atendimento para as filhas e filhos de trabalhadores(as) que estudam no período noturno, criando espaços escolares de acolhida enquanto mães ou pais estiverem em sala de aula.
23. Integrar a escola com movimentos e expressões artísticos, culturais e esportivos da cidade e do bairro.
24. Potencializar atividades extracurriculares que envolvam diferentes manifestações culturais, artísticas, esportivas, científicas.
25. Garantir o diálogo intersetorial entre saúde, esporte, lazer, educação e cultura.
26. Fortalecer o Fórum Municipal de Educação de Goiânia, como instância de monitoramento do Plano Municipal, garantindo a participação das organizações representativas da sociedade civil.



Moradia digna e direito à cidade: pela reforma urbana

Com mais de 123 mil lotes vagos em 2019, segundo dados da Prefeitura, Goiânia sofre com a especulação imobiliária e com déficit habitacional. O livre mercado e o processo de urbanização criaram uma cidade espraiada e com expulsão da população negra e pobre dos centros urbanos. As Habitações Sociais e loteamentos nas periferias produziram uma cidade segregada e vazios urbanos que servem à especulação imobiliária e não cumprem a função social da propriedade, determinada no artigo 182 da CF e regulamentada pelo Estatuto das Cidades.

A moradia é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, por advento da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta."

O atual programa nacional de habitação "Casa Verde Amarela" se mostra um programa genérico, e pior do que o programa "Minha Casa, Minha Vida", visando mais ser um programa de financiamento do que de subsídio para produção de habitação para baixa renda. As condições necessárias para o financiamento não condizem com o perfil de grande parte da população, que possui renda abaixo de 4 mil reais, além de exigir que a pessoa tenha nome limpo para o financiamento. Desta forma é preciso uma política municipal de moradia que possa responder a essa demanda excluída da política nacional.

O déficit habitacional de Goiânia, com base nos cadastros no Programa de Habitação de Interesse Social do Município, atinge 29 mil famílias. Segundo o IBGE(2018) para a Região Metropolitana de Goiânia são 95 mil famílias na espera. Entendemos que a regularização fundiária faz parte do processo para resolução do



déficit habitacional, como aquisição de prédios que não estão sendo utilizados na cidade ou mesmo os que foram abandonados e que tem dívidas junto a prefeitura.

Ao se falar em déficit habitacional há que se considerar elementos como: a precariedade de habitações rústicas ou improvisadas; a existência de coabitação familiar (mesmo sendo esse um dado inexato, uma vez que o cálculo do déficit habitacional é feito pelo Cadastro Único que visa a família e não o domicílio e não mensura quais famílias convivem no mesmo domicílio e nem se todas estão inscritas); o ônus excessivo com aluguel urbano e o adensamento excessivo em domicílios alugados.

Segundo o Instituto Mauro Borges (IMB) cerca de 10,2 mil famílias despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel. A renda familiar diminuiu no período de pandemia de COVID-19, e, sendo assim, o número de famílias incluídas nesse ônus excessivo provavelmente sofreu aumento, ilustrando a urgência de se propor regulamentação que controle o valor dos aluguéis.

Para coibir o processo especulativo na Cidade de Goiânia deve-se pensar a moradia como um direito humano básico e não como uma mercadoria. A moradia digna perpassa por sete dimensões que o Poder Público deve garantir: segurança de posse, habitabilidade, acesso a serviços e infraestrutura, localização, custo acessível, acessibilidade e adequação cultural.

Sobre a segurança da posse, o Poder Público deve fortalecer as diversas formas de posse e não apenas a propriedade privada e a casa própria registrada em cartório, visando também os direitos de uso, direitos de posse, aluguéis e arranjos coletivos. Faz-se necessário um reordenamento em Goiânia, no qual o poder executivo municipal, com apoio do legislativo municipal, tem que retirar das grandes construtoras e das grandes corporações imobiliárias o mercado da Moradia. Isso significa que o controle sobre o uso do solo urbano e regular rural do município será geri-



do e regulamentado não mais pelo setor imobiliário, mas pelos sujeitos que vivem a cidade nas suas várias dimensões e potencialidades.

Os apontamentos levantados trazem a perspectiva da necessidade de mudança no modelo de cidade, para isso trazemos nossas propostas e compromissos, sabendo que esses podem e devem ser ampliados com base nos princípios observados:

1. Garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Habitação, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de moradia, com composição ampla da classe, a partir de movimentos sociais, sindicatos, associação de moradores(as) e entidades de moradia.
2. Realizar o Congresso de Moradia da Cidade de Goiânia, sendo que o mesmo terá como função a construção de políticas públicas de moradia, e deverá contar com participação ampla da sociedade.
3. Contribuir para uma política habitacional voltada para a integração regional, o envolvimento comunitário e a justiça socioambiental.
4. Estabelecer relações territoriais que articulem trabalho, moradia e mobilidade humana, lazer e saúde nas regiões da cidade, criando assim novos circuitos urbanos.
5. Fortalecer o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a quem compete estabelecer diretrizes e critérios na priorização de ações, alocação de recursos do FMHIS e atendimento aos beneficiados pelos programas habitacionais.
6. Investir na requalificação das habitações de interesse social já existentes, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos da cidade e projetos de *retrofit* em edifícios abandonados em áreas centrais de Goiânia, destinando-os para habitação de interesse social.



7. Delimitar novas zonas de especial interesse social para assentamentos habitacionais de população de baixa renda em áreas da cidade, com infraestrutura urbana consolidada e entorno de parques como forma de coibir o processo de gentrificação, priorizando a região central de Goiânia.
8. Priorizar o processo de mutirão autogestionário, com assistência técnica, junto aos movimentos sociais na produção de moradia.
9. Implementar novos programas de habitação de interesse social para garantir acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, por meio da aquisição de imóveis para fins habitacionais e da realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais.
10. Converter, em parceria com a União e o Governo do Estado, os imóveis públicos subutilizados e vazios, para fins de moradia, por meio de programas de locação social, onde o valor do aluguel é subsidiado pela prefeitura — ficando vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel — e garantir, à família que reside, o direito à moradia, pela prefeitura.
11. Criar um banco municipal de terras e imóveis para estabelecer mecanismos de controle da valorização do solo urbano e facilitar o acesso à moradia através da disponibilização de terras e imóveis (de domínio da prefeitura, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas) para arrendamento, venda ou para outros tipos de concessão, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta.
12. Firmar cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), além de Instituições de Ensino Superior e Extensões Universitárias como os EMAU's (Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo).



13. Propor o Programa Despejo Zero, avaliando, entre outras coisas, que no período de pandemia os despejos se mostraram como atentado à vida de moradores, e, quando necessário, o reassentamento em áreas de proteção ambiental e de risco, manter os vínculos familiares e de vizinhança e em áreas próximas ao local de remoção ou de escolha dos moradores.
14. Priorizar soluções *in situ*, isto é, olhar caso a caso e buscar a melhor solução para o local sem precisar realizar reassentamento, mitigando e gerenciando os riscos de desastres ambientais e ameaças à saúde e à segurança públicas ou para equilibrar a proteção ambiental e a segurança da posse.
15. Reestruturar a capacidade da Secretaria Municipal de Habitação nas ações de regularização urbanística e fundiária de loteamentos e ocupações consolidadas, focando no reconhecimento da posse mansa e pacífica, na manutenção das redes de solidariedade dos bairros, e integrando essa política às de mobilidade, educação, cultura, lazer, saneamento, saúde, assistência social, segurança pública, geração de emprego e distribuição de renda.
16. Promover a regularização fundiária e urbanização de favelas, loteamentos e ocupações consolidadas de forma integral, como estabelecido pela Lei 11.977.
17. Priorizar a titularidade de imóveis e cadastro nos programas de Habitação Social para mulheres, mães solo, população negra e comunidade LGBTTQIA+.
18. Definir um percentual do orçamento para habitação e criar uma política de aluguel social para as famílias com renda de até 2 salários mínimos ou que morem em áreas de risco, até que tenham as suas casas construídas, priorizando os recortes das populações em vulnerabilidade.
19. Redirecionar os programas de habitação popular, dando incentivos fiscais para as construtoras, para áreas com infraestrutura urbana consolidada,



bem como garantir maior provisão de serviços públicos aos projetos já concluídos e entregues em áreas desprovidas de infraestrutura.

20. Regulamentar e aplicar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), dispositivo elencado no Estatuto da Cidade, convertendo-o em instrumento obrigatório.

21. Estabelecer, via legislação, construção solidária, nas construções acima de 5000 metros quadrados. 10% devem ser destinados para parte carente da sociedade.

22. Aplicar os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades gradativamente para lotes vazios ou subutilizados: edificação ou parcelamento compulsório; Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo (por 5 anos); desapropriação com pagamentos em títulos da dívida, destinando tal área para habitação de interesse social.

23. Estabelecer direito de preempção por parte do Poder público para aquisição de áreas para:

- a) regularização fundiária;
- b) constituição de reserva fundiária;
- c) execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- d) implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- e) ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- f) a criação e espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- g) proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;
- h) criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental.

24. Produzir, juntamente ao Plano Diretor Urbano, um Plano Integrado de Bairro, de forma participativa com conselho dos(as) moradores(as), que busque soluções locais para acesso à cultura, incentivo e potencialização do comércio local, melhoria da infraestrutura e assessoria jurídica.



24. Garantir que todos os projetos urbanísticos de grande impacto sejam aprovados em plebiscitos e a partir de realização de concursos públicos, com anonimato dos concorrentes, banca examinadora composta pelo corpo técnico da prefeitura, conselheiros do CAU e CREA e membros da sociedade civil organizada.
25. Exigir que toda obra pública tenha Projeto Executivo Prévio.

Segurança pela vida e não para o lucro

No ano de 2018, segundo o Sistema de Informações de Mortalidade do SUS, foram registrados 8.847 óbitos na capital de Goiás, desses, 1.248 ocorreram por causas violentas e evitáveis, como: homicídios, latrocínios, suicídios e acidentes de trânsito. Ainda neste mesmo ano 123 mulheres foram estupradas em nossa cidade e outras 153 pessoas foram mortas por “intervenção policial”, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Foram roubados ou furtados, em média, 18 carros por dia, quase um por hora, de 6.800 goianienses em 2018.

Em 2019, por sua vez, o cenário pode ter sido bem pior, contudo, não possuímos dados sobre essa realidade, pois Goiás é a única unidade da federação, dentre as outras vinte e seis, que se recusa a divulgar tais informações, passando ainda por suspeita de alteração de dados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Os índices de violência são tão alarmantes que o governo federal escolheu Goiânia, e outros quatro municípios brasileiros, para enviar dezenas de profissionais da Força Nacional de Segurança Pública. Esse estado lastimável de coisas demonstra a falência do sistema de segurança e proteção dos(a) cidadãos(ãs) de nossa cidade, ao que nos levou à guerra de vaidades, ao despreparo, à ausência de transparência, de planejamento e à exclusão da participação popular.



Embora a Constituição Federal estabeleça, como prerrogativa do governo estadual, zelar pela segurança pública da população, a segurança dos munícipes de uma cidade é direito e responsabilidade de todos e a prefeitura possui ao seu alcance diversos instrumentos para qualificar a segurança, individual e pública, de seu povo, principalmente em medidas de prevenção.

Investimentos em educação básica, urbanização das áreas menos privilegiadas economicamente, políticas especiais para adolescentes em conflito com a lei, iluminação pública, IPTU progressivo para diminuir áreas baldias, acessibilidade e ocupação das ruas, investimento em tecnologia, fortalecimento e humanização das agências municipais de segurança, são exemplos de ações que o governo municipal pode implementar, atuando na prevenção dos crimes.

Para modificar essa realidade violenta e violadora de direitos, o PSOL – Goiânia apresenta as seguintes propostas:

1. Criar uma Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania, que inclua as agências da Guarda Civil Metropolitana, a Secretaria Municipal de Trânsito e a Defesa Civil Municipal, numa perspectiva integrada, humanizada e que seja capaz de articular com os Poderes Públicos estadual e federal em busca da efetivação e qualificação da Lei n. 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
2. Implementar Conselhos Municipais de Segurança Pública por região, com caráter deliberativo sobre as ações de segurança do município, com participação paritária entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil.
3. Realizar, desde o primeiro ano de gestão, as pré-conferências municipais de segurança, por bairros ou regiões da capital, para ouvir as demandas específicas da população.
4. Realizar a Conferência Municipal de Segurança para contemplar as propostas que considerem as especificidades e todo o município e ainda,



suas relações com a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), composta por 20 municípios.

5. Implementar uma perspectiva de “segurança” que vá para além do combate à criminalidade e da noção tradicional, mas que privilegie políticas de prevenção, incluindo nesse panorama discussões sobre medidas de cidadania e cuidado recíproco, exigidos pela vida em comunidade, implementando ações para transtornos que podem parecer simples, mas que geram grandes reflexos na insegurança urbana.
6. Instituir ações para prevenir riscos ambientais, com fortalecimento da defesa civil em âmbito municipal, para cuidar de encostas, áreas de risco, comunidades cujas casas têm risco de alagamento etc.
7. Aumentar efetivo da Secretaria Municipal de Trânsito. Existem apenas 303 agentes de trânsito em Goiânia e é preciso um cuidado especial com essa questão, pois uma mobilidade humana saudável, e a consequente redução de acidentes, estão entre as principais demandas dos(as) munícipes.
8. Priorizar o cuidado com a higiene, a funcionalidade, a estética e a acessibilidade na cidade, valorizando fatores tidos como externos à segurança, mas, indireta e especialmente, importantes para ela, como iluminação, calçamento, limpeza de lotes baldios, IPTU progressivo para diminuir número de terras e lotes baldios.
9. Realizar concurso para Guarda Civil Metropolitana (GCM).
10. Valorizar os(as) agentes de segurança municipal com plano de cargos e carreira adequado, com estratégias de promoção de saúde, com destaque para saúde mental, enfrentamento ao suicídio, ao assédio e outras violações.
11. Realizar discussão ampla sobre modalidades de acesso aos cargos de chefia e funções gratificadas, visando implementar participação popular, controle democrático e eleições populares para o alcance interno de tais funções de confiança.



12. Investir na capacitação e qualificação de agentes da segurança municipal (defesa civil, guarda civil, agentes de trânsito, vigilantes de empresas terceirizadas, vigias noturnos etc) em uma perspectiva de formação para segurança com cidadania e proteção aos direitos humanos, de caráter, antirracista, antimachista, antiLGBTTfóbico.
13. Orientar e fiscalizar a atuação humanizada da GCM, especialmente com a população de rua, população LGBTTQI+, profissionais do sexo, migrantes, ambulantes, juventude nas periferias e outros grupos que vivem a rua com maior intensidade.
14. Garantir a presença das rondas escolares nas proximidades das escolas municipais como ação preventiva à violência.
15. Debater com setor de eventos sobre criminalização, preconceitos, privilégios e definir fluxos para autorização e realização dos eventos em espaços públicos, com respectiva garantia de segurança efetiva.
16. Investir em tecnologia para a criação de aplicativos de socorro/emergência e também em câmeras de segurança, e tridígito municipal de emergência chamado “SOS Goiânia para Proteção dos Direitos Humanos”;
17. Enfrentar a violência institucional e criação de instâncias de controle municipal (Corregedorias, Ouvidorias, Disque Denúncia etc), e sua respectiva divulgação.
18. Fortalecer os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) responsáveis por assistir os(as) adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, ampliando de modo robusto as ofertas culturais, esportivas e educacionais para esses e essas jovens, valorizando seu protagonismo e afinidade.

Pela democratização da cultura



Goiânia vem se caracterizando por uma segregação cultural nos últimos anos. Peças de teatro, shows e cinemas estão presentes em poucos locais e são destinados a uma pequena parcela da sociedade. Apesar de existirem movimentos e indivíduos que tentam quebrar essa lógica, a rua deixou de ser lugar amplo de expressão artística. A diversidade das ruas deu lugar para a monotonia dos *shopping centers*. Queremos romper com esse modelo reducionista de cidade, queremos que as expressões culturais estejam nos quatro cantos da cidade, ampliando e diversificando as opções culturais, democratizando-as. Compreendemos que o poder público pode e deve realizar tal movimento, em conjunto com outros grupos, entidades e segmentos da sociedade

Precisamos democratizar os meios de comunicação, incentivar a arte pública e fortalecer os laços comunitários que dão aos(as) moradores(as) a sensação de pertencimento à cidade. Hoje vários movimentos urbanos de Goiânia ocupam as ruas com arte e alegria na luta contra o processo de mercantilização do espaço público que está desfigurando nossa cidade. É com eles que queremos pensar uma nova política cultural para Goiânia. A concentração territorial dos equipamentos culturais é um espelho das desigualdades urbanas da cidade.

Bibliotecas, arquivos, teatros, arenas, cinemas, museus, centros culturais, pontos de cultura e pontos de leitura da cidade, sejam públicos ou privados, estão localizados principalmente no eixo Centro, Bueno, Marista, Setor Oeste e adjacências, onde vivem pequena parte da população de Goiânia. Portanto, a luta por uma Goiânia mais democrática passa também pela construção de uma nova política cultural para a cidade. As escolas municipais e CMEIs são espaços que devemos utilizar para garantir acesso amplo à cultura. A integração entre cultura e educação pode ajudar a ressignificar o espaço público e mudar a relação dos(as) moradores(as) com os seus bairros.



Pretendemos, assim, multiplicar o papel das praças, escolas e CMEIs transformando-os em pólos de cultura. A cultura deve ser tratada como prioridade estratégica, através de mecanismos permanentes que visem sua consolidação como política de Estado. Pretendemos mudar o processo de elitização da cultura que se intensificou. Segregação social e cultural caminham juntas. Entendemos que a cultura não é sinônimo de espetáculo, mas sim um direito essencial para que se garanta democracia. Para colocar isso em prática propomos:

1. Ampliar o repasse de verbas para centros culturais.
2. Garantir o acesso às literaturas didáticas e paradidáticas nas bibliotecas municipais e nas escolas municipais.
3. Desenvolver com as entidades públicas e privadas agenda para promover eventos culturais gratuitos nos espaços públicos e por meio de programas culturais o incentivo fiscal às pequenas companhias teatrais, dança, cinema e música de bairros e vilas e entre os alunos das escolas públicas no município.
4. Promover agitação cultural nos bairros, organizar festivais de música popular, incentivar os grupos amadores, músicos, teatros, danças, grupos folclóricos, poesias, artes, pintura, catira, congadas, quadrilhas, etc, a partir de apresentações nos bairros da periferia, com patrocínio da prefeitura e parceria com outros órgãos públicos.
5. Desburocratizar as leis de incentivo à cultura, exibir filmes e afins nos bairros: usando os espaços de praças, escolas, estruturas dos mutirões da prefeitura, entre outros.
6. Desenvolver o projeto “Livros ao alcance das mãos”, propondo, como ações de investimento em bibliotecas e incentivo à leitura: ampliar o número de bibliotecas, instalando novas unidades nas periferias e nos terminais de ônibus, permitindo que os livros estejam ao alcance das mãos e dos olhos da população de forma facilitada.



7. Proposta de criar e garantir, no âmbito do município, a execução do “Vale-Cultura Municipal” com o objetivo de estimular acesso dos membros de setores populares à cultura: cinema, teatro, outros eventos culturais e, ainda, a compra de livros e material didático em geral.
8. Democratizar a política de Cultura, dirigindo seu fortalecimento institucional, orçamentário e técnico, bem como sua conexão com as demais pastas e órgãos da prefeitura.
9. Fortalecer o Conselho Municipal de Cultura, fazendo cumprir o Plano Municipal de Cultura, dando-lhe arcabouço e capacidade de funcionamento, consulta e decisão sobre as políticas públicas de cultura.
10. Realizar um mapeamento sociocultural de cada bairro da cidade, objetivando conhecer as diferentes formas de expressão cultural de cada território e proporcionar a influência dos equipamentos culturais em funcionamento para desenvolver, junto com o Conselho Municipal de Cultura, políticas de apoio e fomento para a manutenção da rede existente e a formação de novos equipamentos culturais (lonas culturais, teatros, arenas, cineclubes, etc).
11. Realizar acréscimo do número de editais públicos com recursos municipais, aplicados de forma regionalizada, com valores pequenos e médios, incentivando o(a) pequeno(a) produtor(a) cultural.
12. Agenciar cursos de formação e programas de assistência técnica para artistas e agentes culturais que venham a atuar em suas próprias comunidades, ocupando as ruas com música, capoeira e teatro, os muros com pintura e grafite, as praças com rodas de leitura, contação de histórias e oficinas literárias.
13. Criar Pontos de Cultura, distribuídos por todas as regiões da cidade, articulados com as escolas municipais de cada bairro, fortalecendo a relação das escolas com as comunidades.
14. Utilizar Centros de Cultura e fortalecer Memória Popular para ministrar oficinas, aulas e apresentações de música, dança, teatro, cinema, fotografia



e artes plásticas, dentro de uma política de investimento na produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, privilegiando os(as) artistas locais e valorizando a história de cada bairro.

15. Utilizar, fora dos horários de aula, os espaços escolares, para a realização de atividades culturais, desenvolvendo um programa de integração entre educação e cultura em toda a rede ensino do município, focado em arte com educação e educação com arte.

16. Estabelecer metas para a progressiva implementação, em acordo com a estrutura orçamentária do município, de um cineclube em cada escola municipal, realizando oficinas de formação e garantindo a infraestrutura e dotação orçamentária necessária para que as escolas possam viabilizar a manutenção dos equipamentos e a aquisição de materiais e insumos, envolvendo os(as) animadores(as) culturais na organização das atividades.

17. Desenvolver, nas escolas municipais, junto com os pontos de cultura, uma política de ocupação cultural das praças de cada bairro, que serviriam como espaços para promover atividades, apresentações e oficinas gratuitas ao ar livre.

18. Iniciar planejamento para viabilizar uma política de meia entrada por inteiro, sem reserva de vagas e monopolização através das carteirinhas de entidades.

19. Ampliar o horário de funcionamento das bibliotecas municipais existentes e investir na construção de bibliotecas municipais em todas as Áreas de Planejamento da cidade.

20. Priorizar a realização de saraus, festivais e concursos populares (música, teatro, dança, poesia, etc.), privilegiando os artistas locais e valorizando a história de cada região da cidade.

21. Revitalizar e resgatar a história do bairro de Campinas e de outros bairros da cidade com eventos culturais como saraus, apresentações artísticas dentre outros.



22. Revitalizar os museus existentes e construir novos, que contemplem registros da população indígena e negra, como forma de resgate e registro e valorização das suas histórias e culturas, viabilizando o acesso da população mais periférica.
23. Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para investir no aprimoramento da infraestrutura técnica das lonas, anfiteatros e teatros existentes na cidade, bem como na construção de novos espaços, começando pelos bairros com maior demanda.
24. Criar zonas livres para grafite em todas os bairros da cidade.
25. Promover programas públicos de capacitação técnica, qualificação profissional e formação especializada em audiovisual.
26. Criar programas de incentivo voltados para cineclubes localizados na cidade.

Por uma cidade ecossocialista

Considerando o meio ambiente de Goiânia, queremos fortalecer a ideia do ecossocialismo como pauta necessária e central, para que possamos fornecer uma alternativa de civilização que se opõe radicalmente à lógica destrutiva do capitalismo. O ecossocialismo defende um planejamento ecológico, em que a própria população promova decisões, de forma democrática, acerca do funcionamento da economia e da utilização dos recursos naturais, a partir de uma política econômica que visa atender necessidades sociais e equilíbrio ecológico e que é, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos.

Tomamos como base uma crítica à “ecologia de mercado”, que se adapta ao sistema capitalista e lutamos por um desenvolvimento econômico e social que con-



temple, de fato, as necessidades do gênero humano, que hoje estão sendo massivamente destruídas para garantir o lucro de poucos.

Prezamos pela conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, com unidades de conservação e arborização, consolidação das Unidades de Conservação em Goiânia e garantia de condições satisfatórias para que seja assegurado, com qualidade e infraestrutura adequadas, o usufruto por parte da população dos 32 parques e bosques urbanos que têm sido relegados, de um modo geral, ao abandono por parte do poder público e, conseqüentemente, pela comunidade, diante do iminente perigo que passam a representar.

Vamos desenvolver esforços para incluir na Lei Orgânica Municipal - LOM a água e o esgotamento sanitário como direito humano essencial, sendo vedada a sua privatização, levando em conta que, de acordo com IBGE, o Saneamento Básico compreende não apenas o serviço de abastecimento de água e de coleta de esgoto, mas é, ainda, um conjunto de ações que tem como objetivo a proteção e a promoção da saúde das populações e do meio ambiente, incluindo: coleta, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Tendo em vista a atual destruição massiva do meio-ambiente, baseada em garantias de lucro dentro de um sistema capitalista devastador, e as necessidades emergentes de mudança nesse cenário, propomos:

1. Definir um marco regulatório para a construção civil, que incentive o uso de tecnologias limpas;
2. Criar políticas públicas para a utilização das técnicas de bioconstrução, de aquecedores solares para a água, telhados verdes, reciclagem e reuso da água.
3. Manter áreas rurais do município, contra a política das grandes imobiliárias de fazer o município 100% de áreas urbanas, já que o “cinturão verde” de Goiânia é fundamental para garantir: melhorias na qualidade do ar



das cidades, possibilidades de criação de áreas de lazer (parques) e educacionais (voltadas para a educação ambiental) e áreas de produção agrícola voltadas para a produção de frutas e hortaliças, abastecendo assim o mercado consumidor das cidades próximas.

4. Fazer cumprir a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no município.
5. Fortalecer as cooperativas e associações de catadores(as) já existentes, buscando qualificar e potencializar o processo de triagem.
6. Garantir condições de segurança de trabalho para os(as) trabalhadores(as) do aterro sanitário de Goiânia
7. Realizar programas de capacitação permanente, atualização e valorização de profissionais da área de limpeza urbana e manejo de resíduos.
8. Construir uma usina para reciclar as sobras dos detritos da construção civil. Reaproveitando as sobras de material das construções, tanto da área particular, quanto das obras da prefeitura, como também reaproveitar os pneus disponibilizados pelas borracharias.
9. Instalar placas fotovoltaicas de coletores solares em todos os prédios públicos nos próximos 4 (quatro) anos.
10. Criar linhas de créditos para instalação de placas de coletores solares fotovoltaica nas novas e antigas construções da cidade.
11. Promover renovação gradual da frota de veículos da Prefeitura, buscando utilizar novas tecnologias de combustíveis não fósseis, carros de motores a biodiesel e elétricos.
12. Estimular o estudo da possibilidade da implantação de ônibus do tipo “trólebus” nos corredores preferenciais, movidos à energia elétrica;
13. Mudar gradativamente a frota de ônibus e caminhões para o Biodiesel.



14. Manter, reestruturar e realizar concurso público para a Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG) no serviço de limpeza pública de Goiânia.
15. Implantar políticas de valorização dos(as) trabalhadores(as) e extinguir as indicações políticas.
16. Estudar a viabilidade de compra de veículos e colocar fim, gradualmente, à locação dos veículos.
17. Estimular sistemas de descarga sanitária de baixo consumo nas novas construções e substituição nas edificações populares.
18. Fomentar cisternas para captação de chuvas dentre outras iniciativas sustentáveis, visando políticas de saneamento ambiental.
19. Promover a redução de lixo e o consumo consciente por meio de campanhas de educação ambiental.
20. Constituir um Conselho Gestor deliberativo e paritário para elaborar, implementar e acompanhar a política pública de coleta seletiva de Goiânia.
21. Equipar os galpões de triagem de materiais recicláveis e implementar medidas que incentivem empresas e instituições a investir na reciclagem associada a organizações de catadores e catadoras.
22. Descentralizar a gestão dos resíduos envolvendo as Regionais, identificando e cedendo áreas públicas municipais para funcionamento das Cooperativas/associações por tempo indeterminado.
23. Instituir, através do executivo municipal, Decreto que discipline a coleta seletiva dos órgãos públicos, em convênio com associações e cooperativas de catadores(as).
24. Investir em manutenção e criação de PEVs - Pontos de Entrega Voluntária - principalmente na criação de novos locais que sejam especificamente destinados à entrega de pneus, óleo de cozinha, resíduos de feiras e podas, resíduos da construção e demolição (RCD), resíduos eletrônicos, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e outros.



25. Estimular o setor produtivo a instalar, também, Ecopontos e PEVs para promover a logística reversa dos produtos pós consumo, visando garantir continuidade e aperfeiçoamento de programas de coleta diferenciada.
26. Instituir banco de dados de geração e destinação de resíduos, com publicização das informações.
27. Implantar usinas de geração de energia, tendo como combustível o metano gerado nos aterros sanitários.
28. Implantar o desconto previsto do IPTU, de 5%, para imóveis que realizam coleta seletiva e destinar os resíduos recicláveis para associações e cooperativas de catadores(as).
29. Realizar planejamento integrado de ações que envolvem recursos hídricos, áreas verdes e o plano diretor.
30. Reestruturar a Política Municipal de Saúde Ambiental, construída de forma democrática, participativa e transversal, a partir de um amplo diagnóstico das diferentes territorialidades e da situação dos determinantes e condicionantes da saúde, na perspectiva da prevenção, da promoção da saúde e da justiça ambiental.
31. Incentivar a agricultura urbana, com base na agroecologia e na permacultura (cultura da permanência).
32. Promover maior rigor e fiscalização nos processos de licenciamentos ambientais.
33. Fazer cumprir a Lei nº 11.445/2007, colocando a Prefeitura de Goiânia como instrumento na luta contra o retrocesso ao setor de saneamento imposto pelo Novo Marco Legal do Saneamento, de forma a resguardar as conquistas da lei 11.445/2007, garantindo a universalização dos serviços e o impedimento da mercantilização dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento.
34. Criar tarifa social para serviços de água e esgoto para as famílias que não conseguem arcar com tais despesas.



35. Disponibilizar sanitários públicos fixos e de qualidade, bem como pontos de disponibilização de água potável em todas as regiões da cidade.
36. Defender a integralidade do atendimento, fortalecendo o Contrato de Programa entre a Prefeitura de Goiânia e a Concessionária de Serviços de Saneamento Básico em Goiás (SANEAGO), com a valorização do caráter público da empresa.
37. Atuar contra a privatização da SANEAGO.
38. Atualizar o plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
39. Implantar programas da educação ambiental permanente para toda a sociedade, especialmente nas escolas.
40. Aumentar a oferta de coleta seletiva e incluindo o sistema de triagem para todos os bairros de Goiânia.
41. Estimular e orientar a criação do sistema de compostagem seguindo princípios para pequenas áreas.
42. Melhorar o sistema de limpeza dos logradouros públicos.
43. Incentivar pesquisas de novas tecnologias de coleta e saneamento em parceria com as universidades e trabalhadores(as) do setor de saneamento.
44. Implementar projetos racionais de arborização urbana, priorizando espécies nativas, garantindo o reflorestamento e visando compor um sistema conectado de ruas, praças e parques.
45. Potencializar a cultura de incentivo à produção científica, artística e cultural, com infraestrutura, recursos e pessoal qualificado para o desenvolvimento de trilhas ecológicas e educativas que incentivem interação com a natureza.
46. Promover a construção e manutenção de canteiros em logradouros e equipamentos públicos.



47. Efetivar manutenção contínua nos parques, praças e elaborar e fazer cumprir seus Planos de Manejo.
48. Tombar as “árvores notáveis” da cidade, que são de grande porte e beleza e que constituem um patrimônio histórico de Goiânia.
49. Ampliar e cadastrar todas as Unidades de Conservação de Goiânia.
50. Inserir, no currículo escolar da Rede Municipal, prezando pela transversalidade, tópicos sobre educação ambiental e sustentabilidade.
51. Propor mais investimentos em políticas de recuperação dos recursos hídricos da cidade e da região metropolitana, despoluindo a bacia do Rio Meia Ponte e seus afluentes.
52. Valorizar a agricultura familiar através de incentivos, projetos, e políticas que garantam as condições dignas necessárias de permanência no campo, constituindo cinturões verdes na cidade .
53. Apoiar os mecanismos de controle social já existentes, como os fóruns, redes, conselhos no campo da agroecologia, assim como garantir a realização de Conferências, valorizando a participação e controle social da sociedade civil organizada.
54. Incentivar e apoiar a realização de feiras agroecológicas e outros mecanismos de mercado para a agricultura familiar.
55. Incentivar a organização de cooperativas de produtores agroecológicos e de consumidores.
56. Fomentar e fortalecer o debate da política de segurança alimentar e nutricional, em especial da população negra e comunidades tradicionais.

Em defesa de uma Goiânia feminista

A pandemia afetou de diversas formas todas as pessoas, mas as mulheres foram as mais atingidas com a nova conjuntura imposta pelo isolamento social: o fechamento do comércio, de escolas, o afastamento do trabalho no caso de algumas



categorias que puderam aderir ao chamado *home office*, o aumento da carga horária de trabalho para pessoas ligadas aos setores da saúde, em sua maioria composto por mulheres, entre outras questões.

As mulheres se viram esmagadas pelo aumento de horas dedicadas ao trabalho (formal ou informal), às funções de cuidados domésticos e com filhos, e se encontram exaustas. Também houve aumento da violência doméstica e da subnotificação dos casos, que já acontecia em níveis epidêmicos antes da pandemia. As opressões são múltiplas, e as assistências, muito precárias. A epidemia de Covid acompanhada da crescente crise econômica evidencia ainda mais que o capitalismo sempre explorou a classe trabalhadora até a última gota e submete todos à triste realidade de que os lucros valem mais para os super ricos e governantes do que nossas vidas. Nossa campanha pretende discutir e propor como nós podemos lutar para mudar essa realidade!

A violência de gênero, que sempre se mostrou um problema sério de saúde pública, passou a ser debatida e combatida pelo poder público de forma mais comprometida a partir da sanção da Lei Maria da Penha, em 2006. Apesar do avanço proporcionado pela lei, a subnotificação ainda é um problema sério - e que se intensificou desde o início do isolamento decorrente da pandemia de COVID-19, muitas mulheres em situação de violência ainda se encontram desassistidas, as políticas públicas de enfrentamento estão cada vez mais desarticuladas e esvaziadas, e pouco se faz no sentido de não só combater a violência, mas também combater a cultura machista e racista que sustenta essa violência.

Em Goiânia, o último Relatório de Violência Contra a Mulher, apresentado este ano pela prefeitura, apontou que 696 mulheres foram mortas nos últimos 10 anos, ou seja, uma mulher morta a cada 5 dias, com a maioria das vítimas sendo mulheres negras e pobres. Com relação às notificações de violência, 70% relatam que a violência ocorreu dentro de casa, e 73% foi cometida contra crianças por fami-



liares. Existe pouca transparência sobre o que tem sido feito e qual a qualidade dos serviços já prestados até o momento. O desmonte das políticas públicas já é um projeto de anos dos governos conservadores da nossa cidade, e a falta de diálogo com o povo só contribui para deixar essas mulheres ainda mais invisíveis. O debate sobre violência doméstica não pode permanecer no âmbito privado!

Garantir a segurança das mulheres é garantir que elas possam existir sem correr riscos decorrentes das violências racistas e de gênero, é garantir que elas estejam seguras tanto em ambientes públicos - nas ruas, nos locais de trabalho e estudo, nos transportes -, quanto particulares - seus lares e ambiente familiar. Para realmente enfrentar a violência contra mulheres, é preciso que exista uma ação coordenada entre os setores da educação, saúde e segurança, para construir uma rede de apoio fortalecida, com profissionais bem preparados para acolher e atender meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade. Nosso programa tem compromisso com a proteção das mulheres e com o enfrentamento da violência avassaladora que é cometida contra elas em Goiânia; tem compromisso com as lutas e construções dos movimentos negros e feministas que já estão nas ruas colocando a importância de intervirmos nessa realidade; tem compromisso com a construção conjunta com a população para enfrentarmos essas questões!

É inegável que as mulheres, através de muita luta, tiveram vitórias extremamente importantes no que diz respeito à busca por igualdade de direitos, porém ainda existe um longo caminho pela frente se quisermos realmente acabar com as opressões e explorações proporcionadas pela nossa sociedade machista, racista e desigual.

O direito das mulheres ao usufruto da cidade e à participação no planejamento urbano tem sido bastante restrito, limitado por desigualdades de gênero históricas e profundas. Tendo em vista as peculiaridades da experiência feminina no transporte, segurança, saúde, educação e outras áreas da vida em cidades, propomos:



1. Incluir debate sobre opressão das mulheres no currículo do Ensino Fundamental, com elaboração de material específico e formação dos professores.
2. Ofertar cursos de profissionalização e técnicos específicos para mulheres.
3. Realizar programas de alfabetização para mulheres da terceira idade.
4. Regulamentar o uso de nome social no âmbito da administração municipal.
5. Promover atividades socioeducativas nas escolas estaduais, abordando a temática de gênero e étnico-racial baseada nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.
6. Fiscalizar o repasse dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) ao município.
7. Tornar obrigatória a discussão sobre a Lei Maria da Penha nas Escolas Municipais.
8. Criar uma Ouvidoria na Secretaria de Educação, para apuração de casos de discriminação de gênero e racismo religioso na educação.
9. Investir na formação de conselheiros(as) educacionais especializados(as) na temática.
10. Contratar - via concurso público – doulas, psicólogas, fonoaudiólogas, fisioterapeutas, entre outros profissionais, para atendimento no sistema de saúde municipal e ampliação de práticas de parto humanizado.
11. Ofertar formação permanente dos profissionais da saúde municipal nos temas da Saúde da Mulher Negra, Mulher Lésbica, Mulher Indígena, Mulher Transsexual e Mulher Quilombola.
12. Garantir acesso a preservativos (masculino e feminino) e pílulas contraceptivas em todos os postos de saúde do município.



13. Distribuir absorventes higiênicos no sistema municipal de saúde para mulheres de baixa renda, para moradoras de rua e disponibilizar tais itens sanitários básicos nos banheiros das escolas geridas pelo município.
14. Repensar o pós-parto e a reintegração das mulheres no trabalho. Priorizar a atenção primária à saúde, mulheres assistidas em casa, pensando principalmente no papel da saúde da família, preventiva.
15. Lutar pela criação e efetivação de aparato legal que permita a entrada e participação das doulas junto às equipes de parto normal, dentro do processo de humanização do parto nas maternidades e hospitais vinculados ao SUS.
16. Criar um cadastro municipal para as doulas.
17. Garantir o cumprimento da Lei dos acompanhantes de 2005, que ainda não foi colocada em prática efetivamente.
18. Aumentar o número de leitos nas Maternidades Municipais Dona Iris e Nascer Cidadão.
19. Construir espaços nas unidades de saúde que reúnam as mulheres com o intuito de acolher as gestantes e puérperas, antes e depois do parto, de informar, instruir sobre a amamentação e demais cuidados, contando com profissionais especializados(as).
20. Combater a violência obstétrica, que está presente em diversos hospitais, levando informação para as famílias e acolhendo as denúncias feitas.
21. Fiscalizar os hospitais e maternidades quanto ao atendimento de todas as mulheres, garantindo suas especificidades.
22. Fortalecer o programa do “Banco de Leite Materno”, garantindo pré-natal, assistência médica e psicológica durante toda a gravidez, ofertando cursos de formação e oficinas e garantindo políticas relacionadas à doação de leite materno.



23. Propor a inclusão e valorizar o quesito raça/cor nos instrumentos de coleta de dados na Saúde, realizando treinamento para abordagem, análise e ampla divulgação do perfil da saúde da população negra.
24. Exigir a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN em nossa cidade.
25. Incidir no fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família e a ampliação das áreas de coberturas do Programa de Saúde da Família.
26. Exigir a fiscalização, por parte do município, do cumprimento da obrigatoriedade da notificação compulsória dos serviços de saúde aos casos de violência doméstica e sexual, conforme portaria nº 104 do Ministério da Saúde.
27. Propor a criação de Comitê Municipal de Saúde da Mulher Negra.
28. Propor a criação de linhas de cuidados na saúde integral das pessoas com Doença Falciforme.
29. Promover campanhas municipais amplas contra o abuso sexual e a violência doméstica.
30. Ampliar e Monitorar os serviços de acolhimento e casas-abrigos para assistência às mulheres vítimas de violência, em diferentes territórios do município.
31. Divulgar, obrigatoriamente, a rede de instituições que orientam, apoiam e acolhem mulheres em situação de violência.
32. Criar o observatório para análise e estatísticas sobre os dados de violência contra a mulher em Goiânia.
33. Propor projeto de lei que torne obrigatória a fixação de cartazes que informativos de combate à violência doméstica e familiar em bares, restaurantes e espaços de eventos, sob pena de multa.
34. Garantir atendimento psicológico para mulheres vítimas de violência sexual e/ou doméstica na rede municipal de saúde.



35. Criar as chamadas “zonas de proteção” no entorno dos estabelecimentos de saúde - um local no próprio posto de saúde que oferece acolhimento profissional especializado - psíquico, jurídico e médico - a exemplo do Projeto de Lei (PL) 4297/2020.
36. Reforçar a iluminação em vias públicas, sobretudo em pontos de ônibus.
37. Discutir em audiência pública caminhos para a construção de Cidade Segura para as Mulheres, a partir da compreensão da segurança pública como uma política integral que leva em consideração iluminação, moradia, transporte, policiamento, saneamento, educação, etc.
38. Monitorar os espaços de cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto em busca de garantir sua efetividade e o direito à dignidade pessoal.
39. Assegurar conteúdos de combate ao racismo, racismo institucional, sexismo e LGBTTFobia, na formação de agentes públicos, em especial nos órgãos de fiscalização e guarda municipal.
40. Propor projeto de lei que garanta a paridade de gênero em vagas de concurso público na área da segurança, aumentando o número de servidoras públicas na guarda municipal.
41. Promover campanhas contra o assédio sexual em ônibus do transporte coletivo municipal e intermunicipal.
42. Ampliar o horário de funcionamento das linhas de ônibus do transporte coletivo, tendo cobertura 24 horas por dia.
43. Implementar Programa Habitacional Popular, com a construção de habitações em áreas ociosas nos bairros já existentes, além do atendimento das demandas das comunidades dos distritos e da população rural.
44. Estabelecer prioridade dos programas habitacionais às mulheres, inclusive às mulheres trans.



45. Incentivar a participação das mulheres e seu protagonismo no controle e execução dos projetos de habitação popular.
46. Propor a criação de uma lei priorizando a titularidade da habitação oriunda de processos de regularização fundiária e de programas de habitação social em nome das mulheres.
47. Garantir, nos planejamentos territoriais e das políticas públicas de acesso à terra e moradia, a inclusão de jovens como beneficiários dando prioridade para as jovens mães ou chefes de famílias.
48. Estimular a economia solidária e o cooperativismo, com preferência às atividades protagonizadas por mulheres, apoiando projetos na perspectiva solidária e destinando linhas de crédito e apoio técnico necessários para o desempenho de suas atividades.
49. Apoiar a criação e implementação de Políticas de incentivo à Economia Solidária em Goiânia.
50. Fortalecer grupos produtivos formais e informais, incentivando ações coletivas ou em rede.
51. Criar emendas parlamentares voltadas a projetos que estimulem iniciativas de geração de renda das mulheres, promovendo intercâmbio dessas experiências entre mulheres negras, rurais, urbanas, quilombolas e indígenas.
52. Realizar capacitação para empreendimentos coletivos ou empreendimento individual sobre cadastros de Microempreendedora Individual (MEI), e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e todas as demandas necessárias para prestar serviços e acessar o mercado.
53. Tornar obrigatória a implementação de cotas para mulheres negras e jovens nos programas de geração de renda em Goiânia, combatendo práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho.
54. Construir centros comerciais populares e economicamente viáveis, visando a melhoria das condições de trabalho de comerciantes; aproveitando as várias estruturas da cidade (como Av Paranaíba, Centros Populares de



Abastecimento e Lazer (CEPALs) e praças) na promoção do comércio artesanal e de alimentos, priorizando a inclusão de mulheres.

Em defesa da diversidade: por uma cidade LGBTTQIA+

Não podemos contextualizar a situação da população LGBTTQIA+ sem visualizamos, anteriormente, a realidade política, econômica e social que é extremamente complicada, negativa e alarmante e vem piorando com a ascensão do conservadorismo e a partir da tomada do Estado por fascistas, milicianos e saqueadores dos direitos da classe trabalhadora.

O desgoverno atual promove o avanço da violação de direitos humanos a partir de ações que incitam preconceitos, discriminações e violências física, moral, psicológica e patrimonial, enquanto destrói deliberadamente todos os serviços públicos, movimento que pode ser observado desde ações simplórias e veladas a ações arquitetadas e assassinatos bárbaros. Segundo levantamento obtido pelo GLOBO, a cada 19 horas uma pessoa LGBTTQIA+ é assassinada ou se suicida vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de assassinatos de LGBTTQIA+.

As estatísticas são assustadoras. Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) que há 40 anos coleta dados sobre assassinatos e atos de preconceito e discriminação nos jornais oficiais das capitais brasileiras, em 2017 foi registrado um aumento de 30% nos homicídios de LGBTTQIA+s em relação ao ano anterior (2016), passando de 343 assassinatos para 445.

Vivemos sem a possibilidade de expressão da livre afetividade de nossa sexualidade humana plena. A ideologia heteronormativa estabelece o modelo ou padrão determinado, qualquer pessoa que rompa com o pré-estabelecido é automática-



mente identificada como anormal, desviada, excluída e passa a sofrer restrição de oportunidades, muitas vezes sendo eliminada, assassinada.

O presente programa se baseia na luta contra o que foi exposto até aqui, acreditamos que em coletividade conseguiremos construir uma cidade que permita a livre expressão das individualidades e afetividades humanas. Não aceitaremos mais que a população LBTTQIA+s seja assassinada, excluída e tenha seus direitos violados. A partir das especificidades carregadas de opressão nas vivências e no cotidiano desta população, propomos:

1. Garantir respeito à identidade de gênero. Incluir a obrigatoriedade de se reconhecer e respeitar o nome social em todas as instituições municipais ou conveniadas, incluindo os concursos públicos.
2. Qualificar e capacitar todos(as) os(as) servidores(as) públicos(as) para o respeito e a valorização da diversidade sexual - Orientação Sexual e Identidade de Gênero.
3. Seguir as diretrizes do programa Humaniza SUS.
4. Criar Ambulatório Transexualizador para atendimento específico para os/as transexuais e travestis com estrutura de atendimento multiprofissional, contando com psicólogos(as), médicos(as), fonoaudiólogos(as), advogados(as), assistentes sociais etc.
5. Incluir no calendário da cidade as datas alusivas à população LBTTQIA+. Que seja:
 - a) 29 de janeiro – Dia Nacional da Visibilidade Trans;
 - b) 31 de março – Dia Internacional da Visibilidade Trans;
 - c) 17 de maio – Dia Internacional de combate à Homofobia;
 - d) 28 de junho – Dia Internacional do Orgulho LBTTQIA+;
 - e) 29 de agosto – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.
6. Promover eventos artísticos e culturais que afirmem e valorizem a cultura LBTTQIA+ nos espaços públicos da cidade: paradas do orgulho, sema-



na da diversidade, festivais, esquentas, feiras da diversidade, esportes, concursos de Drags, Transformistas e Caricatas, festas etc.

6. Criar um Centro de Cultura e Memória LGBTTTQIA+ que respeite, preserve e organize documentos da história dessa população.

7. Determinar editais de financiamentos específicos para a população LGBTTTQIA+.

8. Discutir em audiência pública caminhos para a construção de uma cidade segura com respeito e valorização da diversidade sexual.

9. Assegurar conteúdos relativos ao combate ao machismo, racismo institucional, intolerância religiosa, sexismo e LGBTTTQIAfobia, na formação dos servidores públicos, em especial nos órgãos de fiscalização e guarda municipal.

10. Criar ciclo de rodas de diálogo na cidade. Trazendo temas sobre direitos humanos, identidade de gênero, orientação sexual, racismo institucional, machismo, sexismo e feminismo etc.

11. Realizar campanhas contra o *bullying* nas redes de ensino, mapeando as áreas de maior conflito para atuação de educação em direitos humanos.

12. Criar o Conselho Municipal dos Direitos LGBTTTQIA.

13. Criar o Centro de Referência da Diversidade Sexual com equipes multiprofissionais, contando com profissionais de áreas tais como: Assistência Social, Jurídica e Psicológica.

14. Propor projeto de lei que puna a LGBTTTfobia em locais públicos e privados, constituindo grupos de trabalho com movimentos sociais e poder público.

15. Apresentar projeto de lei que garanta respeito à identidade de gênero, incluindo a utilização de banheiros, vestiários e similares em todos os estabelecimentos públicos e comerciais.

16. Promover campanhas anti-racistas e anti-transfóbicas, que assegurem o aniquilamento da objetificação dos corpos e do racismo estrutural.



17. Criar Plano Municipal de Políticas Públicas para a população LGBTTQIA+, contemplando diversas áreas intersetoriais de ação e assistência, tais como: saúde, educação, habitação, trabalho e emprego, segurança pública, esporte e lazer etc.
18. Criar o selo “Diversidade Sexual” que reconheça empresas privadas, públicas e entidades da sociedade civil através de menção honrosa e incentivo fiscais por comprovação de contratação de funcionários(as) LGBTTQIA+ e ações que respeitem a diversidade sexual, identidade de gênero, étnico-raciais, geracional, mulheres e pessoas portadoras de deficiências.
19. Criar auxílio de transporte e alimentação para pessoas transexuais e travestis em situação de vulnerabilidade social que estejam matriculados(as) em cursos profissionalizantes.
20. Incluir, nas prioridades, programa de moradia aos LGBTTQIA+ em situação de vulnerabilidade social.
21. Criar linhas de créditos e financiamentos específicas para a geração de emprego e renda.
22. Fazer, em parceria com universidades e institutos de pesquisa, o mapeamento político, socioeconômico e cultural da população LGBTTQIA+ de Goiânia e Região Metropolitana.

Juventude na defesa vida e na garantia de direitos

Devemos refletir sobre a juventude observando as particularidades e demandas que circundam a vida da população jovem no Brasil e em nossa cidade. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (2017) a violência contra os jovens no Brasil atinge números alarmantes, sendo que os jovens representam ¼ da população brasileira e estão entre as maiores vítimas de homicídio. Além disso, também ocupam o lugar de maior número de encarceramento. A violência contra a juventude tem raça, e, a população negra é quem paga o alto preço da falta



de políticas públicas e de garantias de Direitos Humanos básicos. A juventude negra é assassinada de maneira brutal, dentro de suas casas, ao sair para o trabalho (massivamente ocupando subempregos) ou ao procurar momentos de lazer.

Se faz necessária a realização de ações articuladas com a União, o Estado e o Município na prevenção e enfrentamento da violência, objetivando melhorar a condição de vida, trabalho e lazer da juventude. Estes são os caminhos para uma sociedade mais justa e livre da violência. O investimento em propostas que ampliem o acesso à educação, ao trabalho, a saúde e cultura e que valorizam o protagonismo da juventude é uma perspectiva viável para o combate à violência e a criminalidade. E, para isso, é preciso que o poder público esteja mais próximo da população nos bairros e nas periferias da cidade proporcionando mais qualidade de vida.

Os(as) jovens precisam de cada vez mais espaço na cidade, que atualmente não oferta oportunidades de trabalho, que secundariza espaços de convivência entre os jovens, que não acolhe as demandas específicas desses, principalmente dos negros e negras e de periferias. Uma juventude que, mesmo em condições precárias, continua a fortalecer a resistência em defesa de nossas vidas e contra todos os retrocessos dos últimos governos.

Tais condições precárias incidem de forma escancarada nas questões de saúde da juventude. Os problemas que estão na ordem do dia são muitos, como: a) o significativo aumento de casos de HIV/AIDS na faixa etária dos 13 aos 19 anos; b) gravidez na adolescência; c) saúde mental, enfatizando o número de suicídios, o abuso de substâncias psicoativas e as automutilações; e d) violência doméstica e abuso sexual de mulheres jovens. No que se refere à saúde mental, de acordo com o Mapa da Violência de 2014, entre 1980 e 2012 as taxas de suicídio cresceram 62,5%, aumentando o ritmo a partir da virada de século, tanto para o conjunto da população quanto para a faixa jovem e, apesar do quantitativo de suicídios ter aumentado, este é um tema ainda pouco abordado.



É preciso minimizar a vulnerabilidade e o desamparo, que são fatores que contribuem para as situações de risco e problemas relacionados à saúde mental. Deste modo, fazer com que as políticas públicas cheguem aos(as) jovens, em particular aos que mais precisam delas, através de redes que se tecem a partir das necessidades apresentadas por cada um, é um caminho importante. Por outro lado, é fundamental aprimorar os serviços de saúde mental, garantindo que os profissionais que neles atuam estejam atentos às particularidades dos(as) jovens, conhecendo as políticas públicas e as possibilidades de articulações intersetoriais existentes.

Uma política pública de atenção à saúde da juventude deve seguir diretrizes que se baseiam no acesso universal e gratuito ao Sistema Único de Saúde, na atenção integral, no desenvolvimento de ações preventivas articuladas (educação, sociedade e família), na inclusão de temas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas e em sexualidade e reprodução. Diante disso, o desafio que se coloca ao PSOL é o de implementar propostas de políticas de saúde que dêem conta da diversidade social, étnica, cultural, de gênero e de orientação sexual, que atravessam a juventude goianiense.

Reivindicamos o cumprimento integral dos princípios contidos no Estatuto da Juventude (Lei. 12.852, de 05/08/20013), sendo estes: a) Promoção da autonomia e emancipação dos(as) jovens; b) valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; c) promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do país; d) reconhecimento do(a) jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; e) promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do(a) jovem; f) respeito à identidade e a diversidade individual e coletiva da juventude; g) promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e h) valorização do diálogo e convívio do(a) jovem com as demais gerações.



Entendendo esses princípios como fundamentais para a construção de uma juventude saudável, autônoma, responsável, feliz e compreendendo os grandes desafios sociais e econômicos enfrentados pelos jovens na busca por seu crescimento e emancipação, o presente programa se compromete a:

1. Realizar estudos sistemáticos, por parte da Secretaria de Educação, sobre os motivos da evasão escolar e elaborar políticas de como evitá-la, promovendo intervenções multissetoriais que incluam as políticas de Educação e Esporte, Saúde, Assistência Social, Habitação e Cultura, a partir de uma visão global sobre a situação do(a) estudante que se evade, buscando atender suas necessidades básicas e compreender os motivos socioeconômicos dessa evasão.
2. Promover plenárias e debates sobre a qualidade de ensino e avaliações externas com técnicos da Secretaria da Educação, com o objetivo de investigar a relação entre qualidade de ensino/aprendizagem e resultados em avaliações padronizadas.
3. Promover discussão sobre a relevância das avaliações externas, mediante o real contexto de abandono, evasão, ensino deficitário e dificuldades de leitura e escrita, apresentado pelo público da educação fundamental, visando corrigir a distorção presente em contextos específicos, por exemplo, quando a escola tem boas notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mas os alunos apresentam dificuldades de leitura, escrita e numeramento, detectáveis no dia a dia escolar, ou quando mudam de rede.
4. Garantir que os currículos escolares contemplem as necessidades da juventude no que diz respeito às questões físicas, emocionais e relações sociais, as quais envolvem a formação da identidade e o amadurecer.
5. Promover mostras de cinema em escolas com filmes de interesse da comunidade escolar e da juventude.
6. Realizar torneios com diferentes atividades corporais que envolvam a integração assistida das diferentes faixas etárias.



7. Promover práticas esportivas inclusivas em projetos esportivos que permitam a formação de paratletas e a formação humana.
8. Expandir e melhorar o acesso da juventude à cultura e sua produção, através da criação de espaços com bibliotecas e acesso à internet, adaptados para pequenos shows, saraus, cursos de música, dança, teatro, circo entre outras atividades.
9. Incentivar o comércio de produções artesanais e gêneros alimentícios, sobretudo, nas regiões mais periféricas da cidade, com incentivo para o aprendizado e participação da juventude.
10. Implementar políticas de incentivo às Batalhas de Rap e outros eventos artístico-culturais realizados em espaços públicos de Goiânia, garantindo sua segurança.
11. Revitalizar e ampliar as pistas de skate, patinação e os centros poliesportivos como instrumentos fundamentais para o crescimento saudável e criativo das crianças e jovens.
12. Incentivar, garantir e promover programas e projetos destinados à convivência social, lazer, realização de atividades lúdicas, artístico-culturais e esportivas em praças, ruas e outros logradouros públicos. Garantindo sua destinação e segurança, por exemplo, interditando vias aos domingos.
13. Ampliar e fortalecer os Centros de Atendimento Psicossocial e Infanto-Juvenil (CAPSI) e desenvolver programas para o atendimento desta faixa etária.
14. Garantir a reordenação e cumprimento do Plano Municipal de Assistência Social, considerando a centralidade da família (de todas as configurações) e a necessária intersetorialidade, explícitas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) para oferta integral dos serviços de proteção social básica e proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



15. Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social (CMASGyn), com estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de assistência social.
16. Valorizar o(a) servidor(a) público(a) da assistência social em suas mais diferentes áreas, com a garantia de concurso público e plano de cargos e carreira.
17. Fazer cumprir a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua, a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Política Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Rua, em articulação com os conselhos de direitos e outras instituições.
18. Ampliar os serviços de acolhimento institucional e implantar o Programa Família Acolhedora conforme as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida, bem como a formação contínua dos profissionais envolvidos.
19. Garantir execução do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência social (CMAS) e com conselhos profissionais, entre outros.
20. Garantir a execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo conforme preconizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
21. Promover política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares.
22. Ampliar e garantir o acesso à assistência em saúde à população mais carente em todas regiões da cidade, com atenção à juventude.
23. Utilizar espaços de saúde e educação para garantir formação, orientação e apoio a adolescentes e jovens em relação às questões de sexo, saúde, entre outras.



24. Promover a construção dos Centros Municipais de Formação do(a) Jovem Trabalhador(a), buscando parcerias com as Universidades e outras instituições, para oferta de formações profissionalizantes, programas de incentivo a estágio e ao primeiro emprego.